

ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

DIARIO OFFICIAL

DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANNO 11.—13.º DA REPUBLICA—N. 142

SÃO PAULO

SEXTA-FEIRA, 28 DE JUNHO DE 1901

ACTOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI N. 373

DE 25 DE JUNHO DE 1901

Autoriza o Governo a entregar ás camaras municipaes de Jacarehy e de Caçapava auxilios concedidos por leis de orçamento

O doutor Francisco de Paula Rodrigues Alves, presidente do Estado de São Paulo,

Faço saber que o Congresso Legislativo decretou e eu promulgo a lei seguinte :

Artigo 1.º Fica o Governo autorizado a entregar á camara municipal de Jacarehy, o auxilio de cinco contos de réis (5:000\$000), concedido pela lei do orçamento de 1899, para o lazareto daquela cidade.

Artigo 2.º Fica tambem autorizado a entregar á camara municipal de Caçapava o auxilio de cinco contos de réis (5:000\$000), concedido pela lei do orçamento de 1899, para o lazareto daquela cidade.

Artigo 3.º O Governo abrirá os creditos necessarios para o cumprimento da presente lei.

Artigo 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Palacio do Governo do Estado de São Paulo, em 25 de Junho de 1901.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES

FRANCISCO DE TOLEDO MALTA

Publicada na Secretaria da Fazenda, em 26 de Junho de 1901.—*Luiz Americano*, official maior.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N. 912

DE 25 DE JUNHO DE 1901

Concede á Companhia Telephonica do Estado de São Paulo licença para o estabelecimento e exploração de uma linha telephonica ligando a cidade de Santos a São Vicente.

O presidente do Estado de São Paulo,

Atendendo ao que requereu a Companhia Telephonica do Estado de São Paulo,

Usando da autorização do artigo 3.º da lei n. 11 de 23 de Outubro de 1891,

Decreta :

Artigo unico. Fica concedida licença á Companhia Telephonica do Estado de São Paulo, para o estabelecimento e exploração de uma linha telephonica que ligue a cidade de Santos a São Vicente, de conformidade com as clausulas que com este baixam, assignadas pelo secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

Palacio do Governo do Estado de São Paulo, aos 25 de Junho de 1901.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES

A. CANFIDO RODRIGUES

Publicado a 28 de Junho de 1901.—*Eugenio Lefèvre*, director geral.

Clausulas a que se refere o decreto n. 912, desta data

I

Fica concedida á Companhia Telephonica do Estado de São Paulo, por si ou empresa que organizar, licença para estabelecer uma linha telephonica ligando a cidade de Santos a São Vicente.

II

A presente concessão terá vigor pelo prazo de vinte e cinco annos, contados desta data.

Poderá o Governo declarar a respectiva caducidade :

1.º si dentro de um anno não tiverem sido começados os trabalhos para o estabelecimento da linha ;

2.º si depois de iniciada a construção não fôr inaugurado o serviço das communicações telephonicas dentro de dois annos da presente data ;

3.º si depois de estarem funcionando, forem as communicações interrompidas por mais de tres mezes consecutivos sem motivo de força maior.

III

Ne hum monopolio ou privilegio ficará constituido pela presente licença em favor do concessionario que respeitará os direitos de outrem, legalmente adquiridos.

O Governo poderá em qualquer tempo, fazer novas concessões para o serviço telephonico ou executá-lo por si, entre os pontos designados na clausula I.

IV

A presente concessão comprehende sómente as linhas e accessorios, os postos ou estações, extremos ou intermedios, que tenham de servir para a communicação telephonica de um para outro municipio.

As communicações dentro de um mesmo municipio deverão ser estabelecidas, exclusivamente, em virtude de licença da camara municipal respectiva.

V

A concessionaria gozará do direito de collocar linhas telephonicas em todas as vias publicas comprehendidas entre os pontos a que se refere a clausula I e para esse fim deverá obter licença prévia do poder competente.

Para apoio dos fios ou implantação dos postes em propriedades particulares, deverá a concessionaria conseguir por si o consentimento dos proprietarios que se tornar necessario.

VI

A concessionaria submeter-se-á á regulamentação municipal dentro das ratas de cada municipio percorrido pela linha.

O Governo prestará o seu apoio á concessionaria, além de que seja observada a disposição que veda ás municipalidades crearem impostos ou conduções prohibitivas contra as linhas da concessionaria, e a favor de linhas municipaes.

VII

N.º assentamento das diversas linhas que a concessionaria tiver de estabelecer serão sempre observadas as regras e preceitos da arte.

O Governo terá sempre o direito de impedir o estabelecimento de linhas que não offereçam as devidas condições de solidez ou de garantia contra accidentes, assim como o de exigir que sejam retirados ou substituidos os supports, fios etc., que possam de qualquer forma prejudicar a segurança do transito publico.

VIII

Antes do começo dos trabalhos de construção e para que se possa exercer a faculdade a que allude a clausula precedente, a concessionaria communicará ao Governo os desenhos dos typos das linhas aéreas ou subterraneas (supports, regras, fios etc.) juntando tambem indicação sobre os materiais eapparelhos a empregar e sobre precauções a tomar, na proximidade ou cruzamento de outros conductores de electricidade que existirem ou na travessia das linhas férreas.